

AO: Artigo de Opinião



A Vontade

Querer, do latim *quaerere* (buscar) resulta no dinamismo próprio do espírito humano, que procura a realização plena da sua natureza e está intrinsecamente relacionada com uma faculdade cognitiva superior.

A vontade é um apetite racional. Uma capacidade de síntese e orientação das realidades psíquicas de alguém com um fim determinado. Volição é a actividade levada a efeito pela vontade¹.

Segundo o modelo mais clássico, o processo divide-se em quatro fases. Primeiro, a concepção que formaliza o acto, na qual se incluem as razões de ordem intelectual e os juízos de valor (motivos), bem como as razões de ordem afectiva, os desejos e as necessidades.

Segue-se a deliberação, em que tudo é pesado na balança. Após a avaliação dos prós e contras, vem a decisão por uma das alternativas e, finalmente, a execução, que aplica à prática o que foi resolvido na fase imediatamente anterior.

A consciência e a reflexão contribuem para a administração da acção. A acção do ser humano permite o conhecimento e vice-versa. Logo, a inteligência² pode ser definida qual

¹ Também se pode admitir que certas volições comuns possam ser espontâneas se, embora consentidas, as exercermos sem ponderar prós e contras. Assim, as volições só seriam intencionais caso envolvessem um juízo prático e uma tendência voluntária (imperativa ou não) para algo considerado geralmente um bem.

² Inteligência provém do latim *intus legere*, ler no íntimo, olhar para dentro, discernir. Pode talvez entender-se como a capacidade de adaptação, reflectida e consciente, que implica a compreensão e o melhor uso, ou mesmo a invenção, dos meios adequados à situação com que se depara. Neste sentido, é instrumento do conhecimento discursivo, por proceder do raciocínio e se desenvolver através do discurso lógico e verbal. A inteligência teórica ou especulativa pensa conceitos, pondera motivos, raciocina e faz um juízo final. A inteligência prática está estritamente ligada à acção.

faculdade dinâmica, pois sempre que exercida permite a adaptação a um mundo que sucessivamente procuramos que se adapte a nós.

Na contemporaneidade, considera-se a inteligência biológica, que evolui no sentido de permitir a sobrevivência e assim prolonga qualitativamente a existência humana.

A concepção clássica entende precisamente o contrário, que necessidade de sobrevivência aperfeiçoa a inteligência mas que as pessoas se reúnem em comunidade com vista a obter algo mais elevado, uma vida boa.

Ou seja, enquanto a antropologia filosófica moderna argumenta a favor da permanência na existência, os clássicos acreditam que quem se limita a sobreviver limita as potencialidades da inteligência, porque se os humanos são seres inadaptados.

A aparente desvantagem enriqueceu a capacidade de resposta que permitiu chegar onde nenhum outro animal se atreveu. Tudo em função do engenho e da arte, de uma vontade férrea, que o corpo faz por reduzir à sua insignificância. Resta a “escolha”, não inscrita biologicamente, através da qual a liberdade se exprime, determinando o indivíduo.

É possível “conhecer” através de uma faculdade cognitiva superior? É admissível “agir” e “fazer” através da “vontade”, se entendermos as duas primeiras como operações sem relação com o exterior, e a última como operação de transição, actuando sobre a natureza?

Entre a “vontade” e a “sensação”, haverá “sentimentos” que nem a férrea disciplina pessoal e externa parecem capazes de reprimir. Não se sente o que se quer mas o que se pode! Já o limite do nosso querer e do nosso entender poderá ser o nosso ser. O ser humano, eternamente insatisfeito, sabe que pode superar-se, desde que faça por isso.

Para obter informação extra sobre a natureza da vontade há que atender aos psicológicos, aos psicofisiológicos e aos defensores da teoria sociológica. No primeiro grupo inserem-se os intelectualistas, os sensitivos e empiristas, e os voluntaristas.

Para os intelectualistas a vontade é sinónimo de entendimento. Sócrates e Platão defendem a educação e a introspecção como antídotos à ignorância, a grande responsável pela acção do indivíduo que não é conforme o Bem.

Aristóteles, admite a a decisão voluntária, comparável à conclusão de um silogismo. Para Descartes, um bom juízo de valor basta para uma acção correcta.

Spinoza argumenta que a vontade responde à ideia luminosa da razão e que a paixão explode da confusão da imaginação, já que a vontade e o entendimento não diferem: *não há na alma nenhuma outra volição, isto é, nenhuma outra afirmação ou negação, que a da ideia.*

Herbart teoriza que: *a força própria da ideia impõe a representação à consciência e arrasta o acto voluntário.*

Para os sensitivos e empiristas, a questão é outra. Locke defendia que: *o bem, até o maior, ainda quando julgado e reconhecido como tal, não determina a vontade, a não ser que venha a ser desejado de um modo proporcional à sua excelência; a vontade não é o desejo, mas o poder de ultrapassar o desejo provocado por uma sensação, suscitando outra que provoque um desejo contrário».*

No parecer de Condillac: *entende-se por vontade um desejo absoluto e tal que nos leva a pensar estar em nosso poder uma coisa desejada.*

La Mettrie defende que: *as sensações que nos afectam decidem a alma a querer ou não querer, a amar ou odiar estas sensações, segundo o prazer que nos causam. Tal estado de alma, assim decidido pelas sensações, é que se chama vontade.*

W. James é um *voluntarista*, para quem a decisão é produto directo e pessoal da vontade, pelo que o esforço voluntário é adicional, *sui generis* e resistente, para poder ser a favor de motivos menos impulsivos.

Para os *psicofisiológicos*, valoriza-se o ser humano biológico. Maine de Biran reduz a vontade a: *uma força hiperorgânica em relação com uma resistência viva*. T. Ribot não se afasta deste conceito, ao comentar que: *a volição é um estado de consciência final resultante da coordenação mais ou menos complexa de um grupo de estados conscientes, subconscientes e inconscientes (puramente fisiológicos) que, todos reunidos, se traduzem por uma acção.»*

Os *da escola sociológica* preferem encarar a vontade como uma força que finda conflitos por razões sociais. Durkheim considera que a vontade visa suprir interesses inferiores, substituindo-os por conveniências superiores que, neste caso, têm origem social. Isto porque a vontade é: *a resistência que os imperativos colectivos da sociedade (através da educação) opõem aos nossos apetites individuais e a ordem que aqueles impõem a estes.*

Blondel corrobora, pois o: *essencial do acto voluntário está na decisão, no fiat, pelo qual aderimos a uma alternativa. Mas este fiat é apenas o resultado da influência decisiva que os imperativos colectivos exercem sobre uma representação colectiva exercem sobre uma representação individual. Daí que o fiat seja muito menos decisão do que obediência, embora consentida.*

Se bem que a sociedade saiba pesar, não só sobre a decisão, mas igualmente sobre a deliberação e a execução, sendo até provável que contenha moralmente a expressão corporal mais do que a orgânica.

Para além da natureza da vontade, poderão as nossas volições estar sujeitas a uma relação de causalidade entre precedentes e consequentes? Poderão estar votadas ao determinismo?

Os autores que o defendem, ainda assim se subdividem. Os deterministas teológicos defendem que Deus é onisciente, logo, conhece e prevê todos os actos do ser humano. A

promessa de liberdade é garantida, na religião cristã, através da palavra de Cristo. O crente conhece a verdade que o libertará.

Os deterministas panteístas, como Espinoza, acreditam que a liberdade só convém a Deus e que todas as acções humanas evoluem espontânea e necessariamente do Altíssimo.

Os deterministas fatalistas, subdividem-se. Primeiro, os que acreditam numa causa única e universal capaz de explicar todos os acontecimentos (fatalismo metafísico e religioso) e nos que atestam que o nosso Fado já está traçado (fatalismo vulgar). Segundo, os deterministas mecânicos admitem que o número de actos livres num dado período é previsível com base nas estatísticas, já que a vontade é gerida por leis mecânicas.

Para os deterministas fisiológicos, a vontade depende da constituição orgânica individual e da influência do meio na sua maneira de estar e de agir.

Finalmente, os deterministas psicológicos explicam o papel dos motivos, como antecedentes de ordem intelectual, como antecedentes de ordem afectiva, na actividade voluntária do indivíduo. Para Leibniz, a vontade é influenciada pelos motivos mais fortes, um ponto de vista que o próprio autor opõe à teoria da liberdade de indiferença, que defende uma acção livre independente de razões que a substanciem.

Por seu lado, Sartre entende que o ser humano é absolutamente livre, capaz de determinar-se sem precisar de causa ou motivo. Porque a decisão antecede a deliberação. Antes da escolha não há valores objectivos. A vontade livre é que cria o Bem e o Mal, que variam consoante o projecto que o indivíduo livremente escolheu.

Para Sartre, ao idealizar-se a si próprio, o indivíduo desenha a imagem do que ele deve ser. A pessoa *existe* (nada é anterior a esse facto) e caminha subjectivamente em frente, projectando-se no futuro. Ele será, *antes de mais, o que tiver projectado ser. Não o que ele quiser ser. Porque o que entendemos vulgarmente por querer é uma decisão consciente.*

*«Razão, de que me serve o teu socorro?
Mandas-me amar, eu ardo, eu amo;
Dizes-me que sossegue, eu peno, eu morro.»
(Bocage)*

Mas Sartre não se deixa levar por sentimentalismos: *o existencialismo não acredita no poder da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos actos, e que, por consequência, é uma desculpa.*

No entender de Sartre, o indivíduo é responsável por si mesmo, porque a existência precede a essência: *nós estamos sós, sem desculpas. É isso que eu experimento quando digo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio, e por outro lado, livre, porque, uma vez lançado no mundo, é responsável por tudo aquilo que faz.*

L. Kaseff diz, mais simplesmente, que: *o princípio da liberdade é inseparável do princípio da responsabilidade*. Por seu lado, Milton Friedman afirma que: *não há excesso de liberdade se aqueles que são livres são responsáveis. O problema é a liberdade sem responsabilidade*.

Aristóteles concorda na relação entre responsabilidade e liberdade: *quando atirares uma pedra, não poderás depois trazê-la de volta, mas ainda assim foste responsável por tê-la atirado*. O autor grego alega que é livre quem é senhor da própria acção. Se o ser humano se define pela acção, então, parar é morrer, devendo, pois, dedicar-se à contemplação, a suprema forma de actividade, em busca da Felicidade.

Para o professor de Alexandre Magno, a vida feliz é: *aquela que está conforme com a virtude; ora uma vida virtuosa não se consegue sem esforço sério e não consiste numa simples distração*. Se as pessoas são livres de agir, também são livres de não agir. Portanto, as boas e as más acções dependem da vontade de cada um. O humano é feliz quando já nem é capaz de optar pelo mau caminho, de tão seguro de si e da verdade se tornou. Neste sentido, a virtude e o vício são voluntários.

O pensamento clássico medieval argumenta, através de Santo Agostinho, que o ser humano é vontade. E terá tanto mais carácter quem controlar os seus instintos e más inclinações. Ao fraco falta uma vontade peremptória ao serviço da inteligência.

S. Tomás de Aquino acredita na influência da vontade através da inteligência, pois: *quando uma coisa é mais simples e abstracta, tanto mais nobre e elevada é em si mesma. Portanto, o objecto do entendimento é mais excelente que o da vontade. (...) Em contrapartida, relativa e comparativamente, a vontade é por vezes mais excelente que a inteligência, a saber: quando o objecto da vontade é uma realidade mais nobre que o objecto do entendimento*.

No entender de S. Tomás de Aquino, a vontade é relativa para com os apetites sensitivos. Todavia, os fins necessários ou contingentes deverão ser tomados por uma vontade absoluta. A vontade encara o Bem com base na razão universal do bem. A liberdade não é um fim supremo e deriva da necessidade. São os actos necessários movidos pela vontade que se consideram mais perfeitos que os actos livres.

Na “Suma Teológica” explica-se ao lembrar que: *Santo Agostinho disse que “pela vontade se peca e se vive rectamente”; portanto, pode optar entre coisas opostas. Logo, nem tudo o que quer, o quer necessariamente. (...) Em contrapartida, a vontade do que vê Deus em essência se une necessariamente a Deus, do mesmo modo que agora necessariamente desejamos a felicidade*.

Ainda assim, nem todos os autores definem igualmente a felicidade. Epicuro, por exemplo, defende o prazer como o princípio e o fim da vida feliz: *a felicidade e a bem-aventurança: elas obtêm-se pela ausência de dores, pela moderação nos afectos e pela disposição de espírito que se mantenha nos limites impostos pela natureza*.

Por seu lado, Nietzsche preferia acreditar que a verdadeira felicidade não é perceptível pela lucidez. Uma criança é feliz. Quem cria novos valores aparenta felicidade. O ser humano é-o sempre que se assume, entregue à espontaneidade. A liberdade humana do humano traduz-se por um querer que liberta: *tudo aquilo que em mim sente, sofre de estar numa prisão, mas a minha vontade chega sempre como libertadora e portadora de alegria. O querer liberta, é isto a verdadeira doutrina de vontade e liberdade.*

Outro autor é Kant, para quem a: *vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, razoáveis, e a liberdade seria a propriedade que teria esta causalidade de poder agir independentemente de causas estranhas que a determinam.* O que considera negativo e, como tal, estéril. Ainda que daqui derive uma outra definição, já positiva e abonada, pois: *é precisamente a fórmula do imperativo categórico e o princípio de moralidade; uma vontade livre e uma vontade submetida a leis morais são, por consequência, uma única e mesma coisa».*

Mas como pode uma vontade livre ser sinónima de uma vontade submetida? Pode uma prisão libertar? Kant explica: *todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever e mostram assim a relação de uma lei objectiva da razão para uma vontade que segundo a sua constituição subjectiva não é por ela necessariamente determinada.* Até porque o dever compele a cumprir a lei e, nesse sentido: *posso sentir inclinação para o objecto concebido como efeito da acção que me proponho, mas nunca respeito, precisamente porque é simplesmente um efeito e não a actividade de uma vontade.*

Resultado, a vontade pode ser *voluntas ut natura*, em busca da Felicidade que não se escolhe. Uma força da natureza que tudo quer, para a qual o *todo* é irresistível, enquanto a *parte* atrai mas não inevitavelmente. A vontade também pode rebelar-se, numa *voluntas ut rateo*. Neste caso, escolher implica renunciar a alternativas. O que não parece coadunar-se com a sua vontade de Liberdade. A segunda visa sobretudo os meios. A primeira preocupa-se com o fim último.

A postura clássica defende, portanto, uma *ética de virtudes*, que pondera as consequências antes da acção propriamente dita. Através de uma lei moral que só pode ser cumprida por quem é livre. Pelo que a planificação da liberdade é moral.

A liberdade psicológica manifesta-se pelo recurso inato à escolha, que determina. Aristóteles explica que, pelo hábito, aprende-se a melhor escolher. Pois a vida, no seu todo, é um processo de aprendizagem pessoal. Defende, na sua “*Ética a Nicómaco*” que: *tendo o Bem Ideal como padrão, mais facilmente saberemos o que é bom para nós, para conhecendo-o, obtê-lo.*

Por sua vez, Platão argumentava que: *a virtude não se pode ensinar.* O motivo consagra o exercício da liberdade por impulsionar a vontade. A Liberdade é um meio que visa a honra, a inteligência e a excelência nas suas mais variadas formas, mas é igualmente um fim mais último, por ser absoluto, perfeito e auto-suficiente. O qual, para Aristóteles, se define por Felicidade.

Na concepção dos modernos, há uma ética de intenções, que justifica o que foi feito desde que bem-intencionado. Valoriza-se a tolerância e a própria coerência testemunha a favor da autonomia e maturidade psicológica do indivíduo. A liberdade é mais sinónima de absoluta autonomia, de espontaneidade, de independência de juízo, já que o ser verdadeiramente livre desnecessita de motivo para agir, pelo que todo o tipo de pressão entende como uma forma de constrangimento.

*«“Vem por aqui” – dizem-me alguns com olhos doces,
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “Vem por aqui”!
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há nos meus olhos, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali... (...)
Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...»
(José Régio)*

Há um enraizamento da liberdade, sinónimo de livre arbítrio, que se autodetermina na indiferença. O ser humano dual dispõe de si para fazer o que quiser, equilibrando prós e contras sem caminhar para um fim.

Assim, para os clássicos, a vontade escolhe os meios para alcançar um fim determinado e plenamente conhecido, e a escolha vale por si mesma. Em contraponto, na modernidade, o indivíduo é obrigado a escolher todos os dias, no processo procura manter-se coerente mas, no limite, demonstra a sua liberdade na simples contradição da tendência.

Cruzo os braços, não vou por aí! O mundo está contra mim? Não, a sociedade tem mais do que fazer que se preocupar com o que *um indivíduo em particular* escolhe fazer no seu quotidiano. Deus talvez se preocupe, mas tem prioridades maiores nos palcos de guerra e de fome.

A vontade deve brotar de dentro, sob alicerces genuínos a cada ser humano, e desabrochar adaptando-se ao contexto, quer este condicione ou não a sua liberdade. A vida não é fácil. Também não é preciso desenhá-la feia, pois talvez nem seja. Com persistência, paciência e *soft power*, tudo se consegue. De mansinho. Sem desistir.

E se não for possível, é porque não vale a pena.
Deus é bom, escreve certo por linhas tortas.